

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução	1
Capítulo I – A perícia psicológica judicial	3
1.1. Conceito de perícia	3
1.2. A interface entre a Psicologia e o Direito	4
1.3. Psicologia forense ou jurídica?	5
1.4. A Psicologia, o Judiciário e a busca do ideal de Justiça	10
1.5. Características da prova pericial psicológica	11
1.6. Momento de pedir a prova pericial psicológica	14
1.7. Segunda perícia	17
Capítulo II – O psicólogo perito judiciário	23
2.1. Conceito de perito	23
2.2. Habilitação do perito	23
2.3. O perito psicólogo das Varas de Família e Varas de Infância	24
2.4. Fundamentação legal para a atuação do psicólogo judiciário	27
2.4.1. Constituição Federal de 1988 (CF/88)	27
2.4.2. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90	28
2.4.3. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962	29
2.4.4. Resolução nº 13/2007 do Conselho Federal de Psicologia que consolida as resoluções referentes ao Título Profissional de Especialista em Psicologia	31
2.5. Impedimento ou suspeição de perito psicólogo	33
2.6. A perícia em comarcas diferentes, por carta precatória	34
2.7. O psicólogo assistente técnico	37
2.8. Formulação de quesitos	55
2.9. O assistente técnico do Ministério Público Estadual	57
2.10. Honorários dos psicólogos peritos e assistentes técnicos	59
Capítulo III – Aspectos psicológicos dos litígios judiciais nas Varas de Família e Varas da Infância	65
3.1. A atuação do psicólogo judiciário nas Varas de Família e das Sucessões	65
3.1.1. Mito familiar, colusão, separação e divórcio	74
3.1.2. A questão da guarda dos filhos na dissolução do vínculo conjugal	83
3.1.3. A guarda dos filhos na união estável	100
3.1.4. A Guarda Compartilhada (Lei nº 11.698, de 13.06.2008)	101
3.1.5. A Guarda Compartilhada diante das novas configurações familiares	121
3.1.6. Regulamentação de visitas, não! Direito de convívio!	124
3.1.7. Paternidade e reconhecimento dos filhos – o art. 1.601 do Código Civil e a instabilidade do conceito de paternidade socioafetiva	130

3.1.8. Pensão alimentícia	136
3.1.9. Síndrome de Alienação Parental (SAP)	143
3.1.10. As acusações (procedentes ou não) de abuso sexual de crianças	181
3.1.11. A ação de suspeição ou destituição do Poder Familiar movida por um dos pais contra o outro	208
3.1.12. Avós e netos	212
3.1.13. A Mediação na elaboração dos conflitos familiares	215
3.1.14. Considerações gerais acerca do psicólogo nas Varas de Família	224
3.2. O psicólogo nas Varas da Infância e da Juventude	226
3.2.1. A adoção da criança ou do adolescente	228
3.2.2. Uniões homossexuais e a adoção de filhos	246
3.2.3. A adoção internacional	257
3.2.4. Guarda e tutela	263
3.2.5. A questão da família substituta	271
3.2.6. Suspensão ou destituição do poder familiar por violência ou negligência de ambos os genitores	274
3.2.7. Abrigamento/desabrigamento	282
3.2.8. Queixas de comportamento	286
3.2.9. Vitimização	288
3.2.9.1. Vitimização física	293
3.2.9.2. Vitimização psicológica	295
3.2.9.3. Vitimização sexual	297
3.3. Considerações acerca dos pareceres redigidos para as Varas da Infância e da Juventude	318
3.4. Outras ocorrências	320
3.4.1. Tentativa de suicídio de criança ou adolescente	321
3.4.2. Pais que tentam impedir o tratamento médico do filho por questões religiosas	321
3.4.3. Busca e apreensão de menores	322
3.4.4. Trocas de bebês em maternidades	323
3.4.5. Os pais que são vítimas das agressões e tirania dos filhos	323
3.4.6. Emancipação	325
3.4.7. Registro civil	326
3.4.8. Crianças desaparecidas	326
3.4.9. Os filhos invisíveis de pais/mães encarcerados	334
3.4.10. Considerações gerais acerca do psicólogo nas Varas da Infância	335
3.5. Avaliação do dano psíquico em casos de danos estéticos e em danos morais à imagem	336
3.5.1. O nexa causal	338
3.5.2. Conceito de dano moral	338
3.5.3. O dever de indenização pecuniária	339
3.5.4. Os danos psíquicos e danos à imagem	339
3.5.5. A fixação do <i>quantum</i> na apuração do dano moral decorrente do dano psíquico	342
3.6. Avaliação do testemunho de vítimas	342
3.7. Consultoria e assessoria a juristas, legisladores e advogados na elaboração e aplicação das normas jurídicas	346
3.8. Orientação, intervenção e prevenção social	348

Capítulo IV – A avaliação psicológica	349
4.1. Do psicodiagnóstico em âmbito jurídico	349
4.2. Do campo e limites de atuação do Psicólogo Judiciário	356
4.3. A entrevista psicológica	360
4.4. Os testes psicológicos	366
4.5. Análise e validação dos testes psicológicos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP)	377
4.6. Uso indevido de testes ou testes inadequados	379
Capítulo V – O laudo pericial	381
5.1. Conceito	381
5.2. Princípios e características da redação pericial	384
5.3. Parecer técnico	388
5.4. Prazos para entrega do laudo e do parecer	390
5.5. Apreciação do laudo e dos pareceres	391
5.6. Validade e guarda dos documentos	394
Capítulo VI – Implicações éticas das funções de perito e assistente técnico na realização da perícia psicológica	395
6.1. Direitos e deveres	395
6.2. Testemunha ou perito?	396
6.3. A questão do sigilo	397
6.4. Sanções ético-disciplinares	399
6.5. O crime de falsa perícia	403
6.6. Penas e ação penal	404
6.7. Ação penal contra o psicólogo perito judiciário	405
6.8. Ação civil contra psicólogo perito	405
6.9. Fraude processual	405
Capítulo VII – Formação acadêmica em psicologia jurídica e as perspectivas da psicologia jurídica no Brasil	407
Considerações finais	409
Bibliografia	413
Anexo – Normatização referente à atuação da Psicologia Jurídica: Poder Judiciário	447